

LER/NÃO LER: UMA TEORIA DA LEITURA LITERÁRIA*

Graça Paulino**

RESUMO

Análise de algumas proposições sociológicas pertinentes à constituição de uma teoria da leitura literária que associe o conhecimento estético às suas condições de produção.

ABSTRACT

The analysis of some sociological observations dealing with the constituents of a theory of literary reading which associates aesthetic knowledge to its context of production.

* Capítulo da Tese de Doutorado intitulada *Leitores sem textos*. (UFRJ, 1990).

** Professora de Teoria da Literatura na UFMG.

Uma teoria do conhecimento que dialogue com uma teoria da sociedade constitui a fusão interpretativa essencial à teoria da leitura cujo esboço tento traçar aqui. Para isso, é necessário definir uma postura epistemológica que integre a possibilidade de trabalhar simultanea e criticamente as diferenças e as recorrências que definem as ações sociais.

A fusão necessária entre teoria do conhecimento e teoria da sociedade foi proposta por Habermas, especialmente em sua obra *Conhecimento e interesse*.¹ Posteriormente, em *Teoría de la acción comunicativa*, a crença na utilidade da Sociologia para o estatuto da Teoria Crítica se apresenta bastante diminuída: o pensador afirma que as ciências sociais deixaram de inspirar idéias novas.² Entretanto, quando entrevistado por Bárbara Freitag em 1989³, Habermas, apesar de reconhecer a diferença de seus posicionamentos, declara que a filosofia não pode monopolizar o tema da razão, como também deve assumir uma certa divisão de trabalho com certas ciências, que tendem, por seu lado, a tornar-se cada vez mais filosóficas. Em outros termos, Habermas reafirma a necessidade de encontro entre os papéis de interpretes da cultura desempenhados tanto pela teoria do conhecimento quanto pela teoria da sociedade.

Em *Conhecimento e interesse*, retomando a crítica a Kant que Hegel desenvolveu em nome da dúvida radical fenomenológica, Habermas demonstra que, embora a posição de Hegel se mantenha válida, está ainda impregnada de um transcendentalismo facilmente derrubado pelos positivistas que instauraram uma teoria da ciência

¹ HABERMAS, Jurgén. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

² HABERMAS, Jurgén. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid, Taurus, 1987, p.542.

³ FREITAG, Bárbara. Jurgén Habermas fala a *Tempo Brasileiro*. Revista *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, 98: 5/21, jul-set. 1989, p.17-18.

normativa, auto-centrada e não-filosófica. Neste contexto se desenvolveu uma justificativa do conhecimento baseada num real inegável, "natural", mesmo no âmbito das ciências humanas.

Em Marx, por exemplo, o trabalho é tratado como condição natural, necessária, da vida humana, único referencial constituidor da história e do sentido. Ao deslocar Hegel para a perspectiva materialista, Marx aproxima a teoria da prática, fazendo da reflexão um trabalho crítico, um "desdobramento das forças produtivas que instiga a espécie a romper, renovadamente, com uma forma de vida esclerosada na positividade e convertida em abstração".⁴

Todavia, para Habermas, é importante retomar de Marx, não a positividade naturalista que acaba sustentando também sua definição de trabalho, mas as reflexões sobre a repressão ao processo, enquanto tal, na sociedade capitalista: o fetichismo da mercadoria e a transformação das vivências em formas objetivadas. A partir de Marx, Habermas caracteriza o funcionamento das ciências humanas como "um processo reflexivo de longo alcance", por se vincularem à consciência emergente de classe, consciência esta que se faz auto-consciência, na medida em que "o sujeito cognoscente deve endereçar, também a si mesmo, a crítica ideológica".⁵

Tem-se como essencial, neste ponto, a função crítica do saber filosófico, e se vê a possibilidade de uma teoria da sociedade desempenhar essa mesma função. A teoria da sociedade que, por exemplo, desenvolve um modelo científico das tensões sociais, da constituição do poder, torna-se filosófica quando assume sua função crítica, e se posiciona como instância de produção e auto-questionamento de um saber datado.

Enquanto se elabora a indagação do sujeito sobre si mesmo, no processo de conhecimento levado às últimas consequências críticas, instala-se também uma análise psíquica, que, segundo Habermas, seria a própria psicanálise freudiana, capaz de reduzir os domínios da falsa consciência. Põem-se em jogo, então, sociedade, indivíduo-saber e indivíduo-desejo.

⁴ Op. cit. p.60.

⁵ Op. cit. p. 76.

Adorno havia antes desenvolvido uma análise arrasadora da sociologização da Psicanálise e contra suas possibilidades de funcionar como instrumento de conhecimento crítico. Para ele, a autoconsciência obtida no processo psicanalítico estaria condenada ao malogro, porque o Ego não pode levar a desrepressão até o fim, visto ameaçar-se desse modo a própria preservação do indivíduo dentro da sociedade.⁶

Habermas, entretanto, não deixa de considerar seriamente a hipótese de que ela, a psicanálise, completaria a teoria crítica da cultura. A coerção social frente aos sujeitos desejantes leva a um estado de conflito, que, por sua vez, leva a reorientações sublimadas. Assim, o "patrimônio psíquico da civilização" que é a cultura não precisa equivaler à falsa consciência: pode também equivaler à utopia de "reduzir as repressões socialmente inevitáveis a um nível inferior àquele postulado pelas instituições". Isso tornaria a Psicanálise parte da teoria crítica do conhecimento e da sociedade, uma "crítica dos complexos de dominação historicamente obsoletos".⁷

Exatamente nessa confluência dialógica entre as teorias na sua função crítico-prática deve situar-se a teoria da leitura, que se outorga, por isso, um estatuto filosófico. Sua primeira tarefa é constituir um conceito de leitor como indivíduo em ação social, e caracterizar, a partir desse tipo ideal, o seu outro, o não-leitor, definindo assim também o caráter social da ação de deixar de ler.

Weber, em *Economía y sociedad*⁸, define "ação social" como aquela em que o sentido a ela dado por seu sujeito está associado à conduta de outros, orientando-se por esta ao desenvolver-se. Essa definição é interessante, principalmente porque inclui a representação que o sujeito elabora em função de um outro, dentro/fora de si. Não se trata, pois, de uma visão organicista, próxima às ciências naturais, mas de uma "compreensão da conduta dos indivíduos partícipes".

⁶ Apud ROUANET, Sérgio Paulo. *Teoria crítica e Psicanálise*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Fortaleza, Ed. Universidade Federal do Ceará, 1983, p.78-99.

⁷ Op. cit. p.294.

⁸ WEBER, Max. *Economía y sociedad*. México, Fondo de Cultura Económica, 1969.

Mas Weber, no intuito de estabelecer os conceitos fundamentais de uma sociologia compreensiva, evidentemente não queria ficar nos limites de uma psicologia. Para ele, a diferenciação que interessa socialmente é a que conduz ao estabelecimento de nexos entre as várias ações de um mesmo indivíduo, ou entre as ações de sujeitos diversos no mesmo contexto. Por isso, Weber se baseia em tipos construídos metodologicamente, não em personalidades. Trata-se de indivíduos em situação, historicamente definidos, longe de toda casualidade, mas perto do caráter inesgotável das alternativas humanas como possibilidades objetivas. Por isso, se faz necessário, em seu estabelecimento dos conceitos sociológicos fundamentais, definir, em seguida, "relação social":

Por relación social deve entenderse una conduta plural-de varios- que, por el sentido que encierra, se presenta como reciprocamente referida, orientandose por esa reciprocidad.⁹

Próximo estranhamente de Marx, na medida em que, segundo Gabriel Cohn¹⁰, ambos se ocuparam da sociedade capitalista e consideraram a organização social como produto de relação de forças, Weber se afasta especialmente do marxismo quando considera o indivíduo como possibilidade interativa sobrevivente à determinação, que, para ele, nunca seria absoluta, mesmo sendo possível a análise de qualquer aspecto da realidade social como "derivado", se se estender "convenientemente" a cadeia causal.

Esta negatividade com relação ao indivíduo, tão oposta ao pensamento weberiano, não é entretanto, a única interpretação possível do pensamento de Marx sobre o homem concreto. Canevacci, por exemplo, chama a atenção para o fato de que no Marx "maduro"

⁹ Op. cit. p.21.

¹⁰ COHN, Gabriel. *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo, T. A. Quiciroz, 1979.

haveria "surpreendentes antecipações psicológicas sobre a individualidade".¹¹ Assim, a tendência à anulação teórica do indivíduo, especialmente em se tratando do trabalhador braçal, seria típica apenas de certas esquerdas:

*Apesar de Marx, o indivíduo é o grande excluído da esquerda ortodoxa ou não ortodoxa, que resolveu todas as questões referentes a esse "objeto" com a acusação infamante e definitiva de "individualismo" (por sua natureza, como se sabe, pequeno-burguês). Mas a subjetividade do militante, e - antes da dele - a das grandes massas populares, não pode ser anulada por decreto, ou forçando-se sua capacidade de sacrifício, ou ainda graças à sintética relação vanguarda-massas(...)*¹²

A teoria da leitura tem de levar em consideração todas essas questões filosóficas/sociológicas para pensar criticamente o papel do leitor e do não-leitor nas relações de forças simbólicas que envolvem ainda o autor, o editor e tantos outros indivíduos, além das instituições ou identificados a elas. Como melhor se constrói metodologicamente a leitura como relação social? Como se produz sentido dentro de classes ou grupos que não reconhecem sua própria capacidade de produzir valor? Onde localizar um devir que não se reduza às exceções permitidas pela administração social vigente? Como dar conta de um processo de conhecimento simultaneamente dando conta de um momento histórico e das subjetividades? Como tentar dizer da falta sem absolutizá-la como outra ação, inevitável neste contexto do capitalismo tardio?

A leitura, assim como a escritura, é uma ação social típica das sociedades letradas. Mas, nas sociedades administradas contemporâneas, as opções pessoais são ações sociais cujo sentido, via

¹¹ CANEVACCI, Massimo. *Dialética do indivíduo*. São Paulo, Brasiliense, 1984, p.7.

¹² Op. cit. p.19.

de regra, é mentado afetivamente pelos indivíduos, de forma a não se estabelecer a consciência de que elas fazem parte de ações político-econômicas mais amplas. Valores estéticos podem, por exemplo, integrar subjetivamente, de forma afetiva, o processo de legitimação de uma ordem econômica inteira.

Assim, há indivíduos que atuam como agentes na escritura e na leitura julgando inevitável que a maioria da população não escreva nem leia literatura. A população como um todo fica de fora dessas relações letradas, sem que os indivíduos que delas participam percebam que uma ordem econômico-social prevê e encaminha as inclusões e exclusões do grupo, e dessa ordem faz parte o próprio grupo em questão.

A primeira pergunta que deve colocar-se uma teoria da leitura literária que funcione como teoria crítica é: por que interessa ao nosso capitalismo oligopolista que a maioria não consuma produtos literários?

Se se acredita seriamente que a literatura desempenha determinadas funções nas sociedades em que existe, uma das respostas talvez possa localizar-se exatamente nessas funções. A caracterização que tracei de leitura literária, embora não se colasse a finalidades formativas, axiológicas propriamente ditas, (visto que esse tipo de relação se propõe mais adequadamente a um texto de opinião, menos a um texto estético), envolvia a produção pelo leitor de sentidos não cristalizados socialmente. Isso não deixa de ser um modo de questionar o modelo de real já dado como pronto e inalterável. A maioria da população pode fazer isso quando o processo social é dinâmico, transformador, aberto, mas não quando é estático, concentrador, avesso a novas organizações de forças, tal como o capitalismo tardio de países periféricos.

Quando descreve as relações sociais, Weber as classifica em abertas e fechadas. Se os ordenamentos que regem a relação impedem que tome parte nela alguém que o pretenda e esteja em condições de fazê-lo, a relação é fechada; caso contrário, é aberta. O caráter aberto ou fechado das relações sociais pode estar condicionado à tradição, à afetividade ou à razão, sendo que só será "racional" seu fechamento quando os participantes da relação esperarem obter vantagens de sua monopolização.

As relações sociais de escritura e leitura literária são fechadas. A primeira, inclusive, é fechada com relação à segunda, visto que a maioria esmagadora dos leitores não é considerada pelos escritores como capaz de escrever, e de fazer isso é impedida pelo poder cultural detido pelos que escrevem.

Pode-se alegar que os indivíduos não escrevem ou não lêem porque não querem fazê-lo, nem estão em condições de fazê-lo. Mas, se as opções pessoais fazem parte de ações político-sociais mais amplas, e se no capitalismo periférico contemporâneo estas se caracterizam pela monopolização das instancias decisórias por parte das oligarquias conservadoras, os indivíduos que não querem nem podem ler literatura estão, na verdade, impedidos de querer e de poder. Continuam sendo indivíduos, tendo suas histórias pessoais, suas capacidades, seus cotidianos imponderáveis, mas vivem anonimamente tal impedimento, como tantos outros.

Esse "impedimento" não é comumente percebido assim, mas é vivido afetivamente pelos indivíduos, que personalizam sua opção, num procedimento típico dos modos de falsificação ideológica. Entretanto, não é inevitável nem eterno esse processo: a falsa consciência pode ser reduzida pelo desenvolvimento das possibilidades individuais ligadas à crítica social e pessoal.

Essa reflexão constitui, na verdade, uma prática de ampliação dos horizontes culturais da qual os indivíduos continuam capazes, em que pesem as instituições. Trata-se de uma prática que tem seu primeiro espaço no interior do próprio grupo social letrado, que também pode transformar, desse modo, o sentido e as implicações de sua existência social/simbólica.

Para os participantes das relações literárias, em estado de pré-consciência, não depende deles o fechamento, trata-se mesmo de um problema sócio-econômico-político. Entretanto, os valores literários que defendem estão condicionados por afetos e tradições, que os impedem de perceber a racionalidade do processo, visto que obtêm inconscientemente vantagens simbólicas pessoais do monopólio. Os fins econômico-sociais mais amplos passam de modo velado pelos valores estéticos: é "inevitável" que a literatura seja por poucos, para poucos. Às vezes passam distorcidamente, como é o caso da separação pós-liberalista entre literatura de mercado e verdadeira literatura. Enfim, em toda essa situação pode interferir uma teoria da leitura que integra uma

teoria crítica da cultura.

Assim, os sujeitos da leitura e da não-leitura, enquanto sujeitos sociais, são, usando termos de Habermas, "sujeitos de classes em franca rivalidade ou coercitivamente integrados".¹³ A emancipação desses sujeitos se faz de modo às vezes penoso, demorado, às vezes se intensifica e avança com facilidades imprevistas. A literatura demorou séculos para se libertar da aristocracia e da Igreja, mas ganhou rapidamente as ruas durante a fase revolucionária da classe burguesa. As instâncias de produção, difusão e fruição se diversificaram positivamente, mas acabaram, como processos legitimados, por se recolher a uma elite que nos últimos cem anos se constituiu como categoria distinta, fechada.

O quadro dos anos 70, evidenciando a crise do modelo, pode apontar para uma apatia conservadora ou para estratégias de pequenas interferências transformadoras deste panorama de discriminação social em que se insere a criação e a recepção estética. As condições históricas para a transformação dessa situação social de segregação literária passam pelo próprio questionamento que a teoria, a crítica e a criação literária já começam a desenvolver, e vão desde as intervenções transformadoras no seio mesmo da indústria cultural até os cortes radicais com a produção de massa, previstos na recuperação do caráter artesanal do texto de origem popular. Não é absolutizando a falta, o silêncio inevitável nas atuais condições de vida social que uma teoria da leitura funcionaria criticamente no Brasil de poucos leitores. A ordem vigente tem de ser questionada por uma teoria crítica da leitura capaz de uma reflexão de longo alcance, que chegue a incluir a máxima interação comunicativa possível no campo literário, como experiência estética tão válida quanto esta hoje hegemônica, capaz de se permitir fechada em nome de expressividades aparentemente tão abertas.

¹³ Op. cit. p.70.